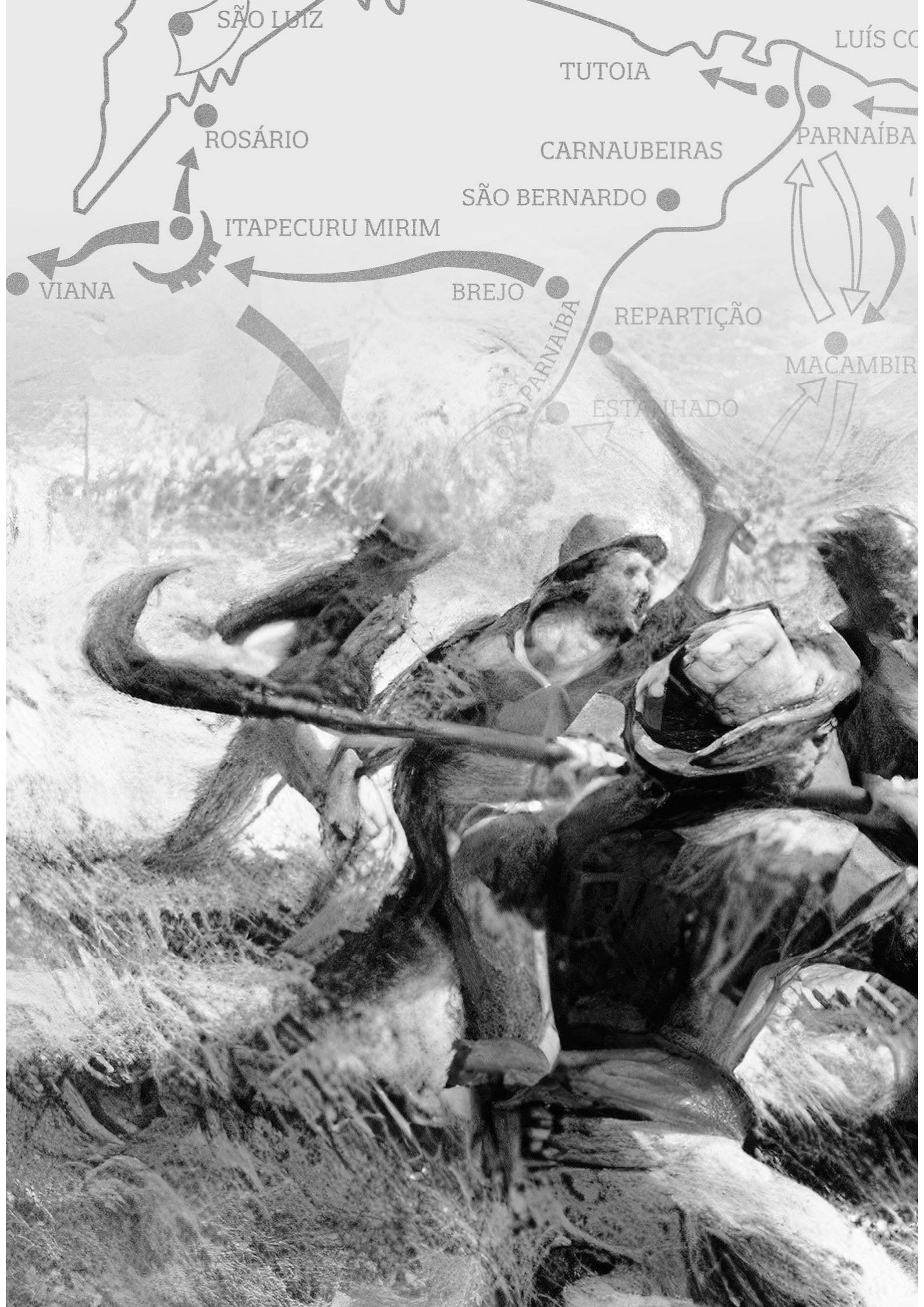
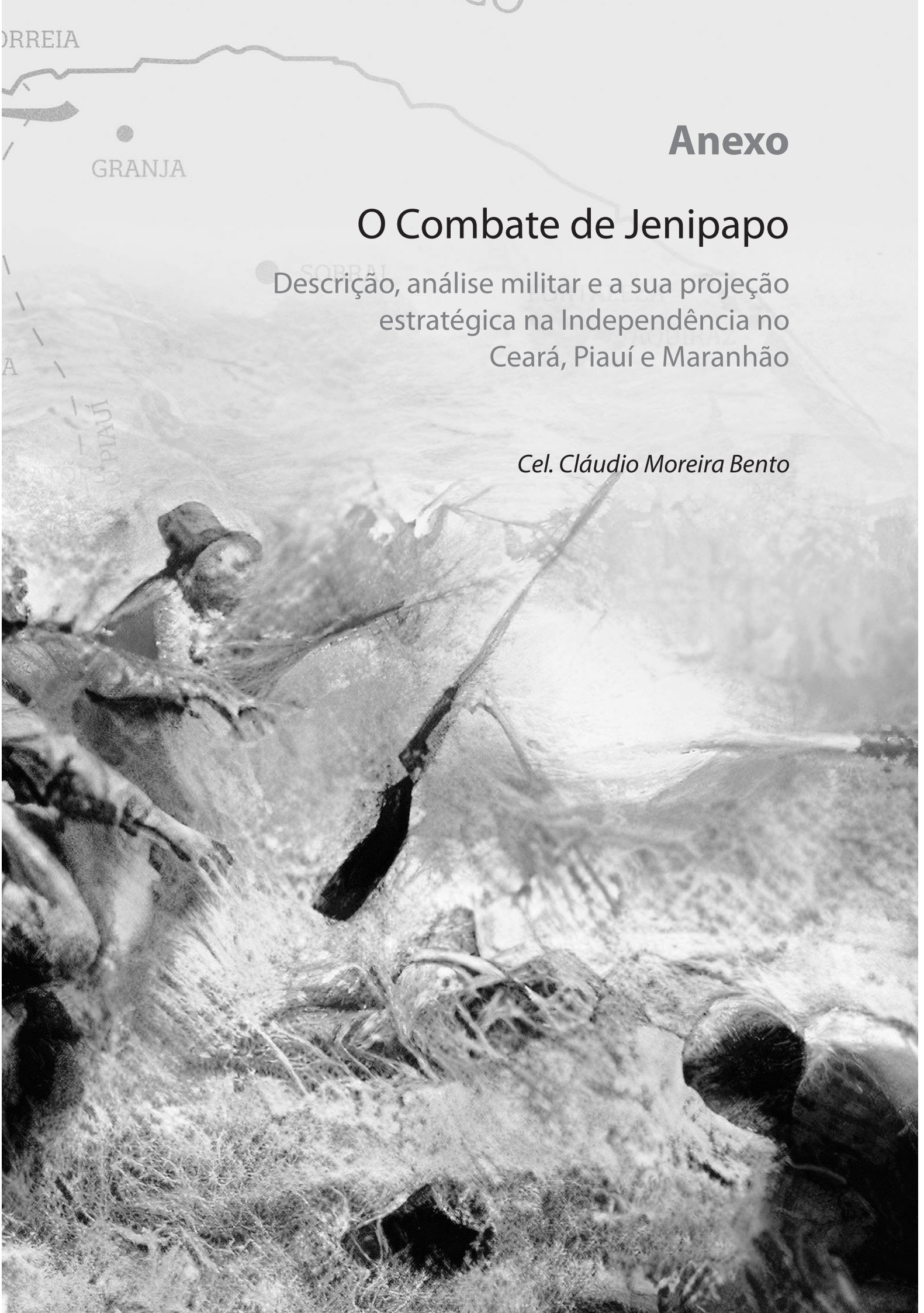

SÃO LUIZ
LUÍS CO
TUTOIA
ROSÁRIO
CARNAUBEIRAS
PARNAÍBA
SÃO BERNARDO
ITAPECURU MIRIM
VIANA
BREJO
REPARTIÇÃO
MACAMBIR

Anexo

O Combate de Jenipapo

Descrição, análise militar e a sua projeção estratégica na Independência no Ceará, Piauí e Maranhão

Cel. Cláudio Moreira Bento



Adaptado a partir da edição da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), em Resende, Rio de Janeiro, 2008.

Terreno do Combate de Jenipapo, ocorrido em 23 de março de 1823.

Sobre o local do combate de Jenipapo

Na foto da página anterior, a faixa mais clara em curva é a rodovia 343, em Campo Maior. Logo abaixo dela, mais à direita, vê-se sinalizado, na imagem, o "Monumento aos heróis do Jenipapo".

Na rodovia, à esquerda da entrada para o monumento, temos um arco balizando sua localização para os visitantes. Próximo ao canto superior esquerdo da foto, aparece em curva suave o rio Jenipapo. Em uma área oval, localizada atrás do monumento, está localizado o cemitério dos heróis patriotas que tombaram no combate de Jenipapo. Os patriotas vieram de Campo Maior por detrás do monumento na margem direita do Jenipapo, onde tomaram posição inicialmente.

As tropas do major Fidié provenientes de Parnaíba chegaram ao rio Jenipapo pela margem esquerda. Durante o combate, elas atravessaram o rio e tomaram posição na margem direita. Os patriotas haviam abandonado essa posição para perseguir, na margem oposta, o que julgaram ser toda a força de Fidié em retirada.

E o combate efetivo se deu com os patriotas partindo da margem esquerda para atacarem as forças do major Fidié que haviam ocupado a posição inicial dos patriotas com 11 canhões na margem direita, que tem Campo Maior à retaguarda. Esta foto ajudará a melhor entender como se deu o combate e a natureza do Terreno. Na ocasião, o rio Jenipapo estava praticamente seco.

Introdução

Em 13 de março de 1823, no contexto das guerras de independência do Brasil, teve lugar, às margens do rio Jenipapo, o combate de Jenipapo, travado por patriotas maranhenses, piauienses e cearenses contra forças fiéis a Portugal sob o comando do major João José da Cunha Fidié, governador e comandante das Armas do Piauí.

Trata-se de evento militar grandioso, mas pouco conhecido e divulgado na historiografia brasileira e considerado pelo notável historiador piauiense de Campo Maior, monsenhor Joaquim de Campos, como a mais emocionante página das guerras da Independência, escrita com sangue e bravura por patriotas do Maranhão, Piauí e Ceará.

A relevância desse combate foi mencionada pelo marechal Castelo Branco, oficial com ligações familiares no Piauí, pois seu pai, oficial do Exército, ali nascera e era parente de um dos heróis da Independência no Piauí.[1] Leonardo de Nossa Senhora das Dores Castello Branco,

---

[1] Trecho de uma carta enviada ao autor por Priscilla Scott Bueno, filha do historiador Marcos Carneiro de Mendonça:
Prezado cel. Bento, existe sim uma ligação do marechal Humberto Castelo Branco com o Leonardo herói da Independência. Como abaixo:

o pai desse herói, era tio tetravô do marechal Castelo Branco, segundo Edgardo Pires Ferreira, em seu livro a ser lançado *Os Castello Branco e a Mística do Parentesco* v. 5, p. 21-25 segundo nos informou D. Priscilla Bueno.[2]

Para o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, em Jenipapo, foi travado um combate encarniçado onde proporcionalmente morreram mais brasileiros do que na Força Expedicionária Brasileira (FEB), da qual foi o seu notável E/3 oficial de operações.

Em nossa descrição e análise militar pioneira, à luz dos fundamentos da Arte e Ciência Militar, avaliaremos a projeção do combate de Jenipapo na consolidação da nossa Independência no Maranhão, Piauí e Ceará. Pela primeira vez, apresentaremos o perfil profissional militar do major Fidié, comandante das forças portuguesas de milícias no combate de Jenipapo, com apoio em informações recebidas de Portugal e na sua obra autobiográfica *Vária Fortuna d'um Soldado Português*.

Antonio Carvalho de Almeida + Maria Eugênia de Mesquita Castello Branco tiveram entre outros os filhos:

2 (segundo) Antonio Carvalho de Almeida, que era tetravô do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

3 (terceiro) Miguel de Carvalho e Silva, irmão de Antonio acima e pai do Leonardo de Nossa Senhora das Dores Castello Branco.

Portanto, o pai do Leonardo era tio-tetravô do marechal.

Fonte: *Os Castello Branco A Mística do Parentesco*. v. 5, Edgardo Pires Ferreira, p. 11 a 25. Estou com um volume, o lançamento ainda não aconteceu assim que acontecer lhe envio um exemplar.

Abraço, Priscilla Bueno.

Cândido Borges Castelo Branco, o pai do marechal Castelo Branco, era oficial do Exército, nasceu em Campo Maior, em 1860, decorridos 37 anos do combate de Jenipapo, e deve ter transmitido informações ao filho sobre o que ali havia acontecido. Quando faleceu Leonardo Castello Branco, o pai do marechal Castelo Branco tinha 13 anos. Certamente, Cândido deve ter conhecido o herói e relatado muitas de suas lembranças acerca dos combates para o filho marechal.

[2] Nota do editor: o livro foi lançado em 2011, sob o título "A mística do parentesco: uma genealogia inacabada. v. 5: Os Castello Branco e seus entrelaçamentos familiares no Piauí e no Maranhão", de autoria de Edgardo Pires Ferreira.

Julgamos que a derrota tática patriota em Jenipapo se constituiu numa vitória estratégica, por haver sido relevante para a consolidação da Independência do Maranhão, Piauí, Ceará e até da Bahia.

Justiça histórica faremos, ao longo de nosso estudo, aos heroicos patriotas que, em Jenipapo, tombaram nessa luta desigual, num combate no contexto que classifico de Ação Retardadora. Ou seja, um movimento retrógrado para impedir o retorno de Fidié a Oeiras e, de lá, anular os esforços dos patriotas com o concurso do Maranhão, fiel a Portugal. E alcançaram, com seus sacrifícios, brilhante vitória estratégica, que impediu Fidié de atingir seu objetivo estratégico: o retorno à capital Oeiras, vendo-se forçado a procurar proteção em Caxias, no Maranhão, onde terminaria sendo vencido. Consolida-se, dessa maneira, a independência do Maranhão, do Piauí e do Ceará. Em Salvador, a Independência seria decretada em 4 julho de 1824, cerca de um ano, dois meses e onze dias depois do combate em Jenipapo.

Antecedentes militares remotos do Piauí

Segundo nos ensina o grande historiador do Piauí, monsenhor Joaquim de Campos, o general português João Pereira Caldas, quando ajudante de ordens do governador do Pará, Francisco Xavier Mendonça Furtado, irmão do marquês de Pombal, foi mandado para o Piauí como governador para colocar ordem em disputas pela posse de terras entre posseiros e indígenas. Chegou a vila Mocha (atual Oeiras), em 17 de setembro de 1759, e, três dias depois, assumiu o governo do Piauí. Na Carta Régia de 19 de julho de 1759, foi-lhe ordenado criar vilas e organizar um regimento de cavalaria auxiliar de milícias, do qual seria o coronel, bem como restituir aos índios a liberdade pessoal, seus bens e comércio.

A demografia no Piauí era precária. Somente podiam ser elevadas à categoria de vila as localidades de Parnaguá e Santo Antônio do Surubim. Era baixo o nível cultural de seus habitantes, e nenhum povoado possuía expressão social. Assim, foi criada a secretaria de governo do Piauí, o almoxarifado e a provedoria de Fazenda e as forças militares do Piauí, que consistiram em 10 companhias de cavalaria auxiliar, com 60 homens cada, com um efetivo de 600 milicianos (tropa de 2ª Linha) e 5 batalhões mais duas companhias de ordenanças, tropas de 3ª Linha para defesa local e a serviço da Justiça e da Fazenda, num total de 1.574 praças. O total

das forças de milícias de cavalaria e infantaria de ordenanças era de 2.874. Portanto, o general não dispunha de tropa de 1ª Linha ou tropas pagas, assim como, sessenta anos mais tarde, Fidié também não disporia.

Ninguém se apresentou ao recrutamento para oficiais de furriel a tenente-coronel. Mas foram recrutados oficiais para as patentes de capitão e demais inferiores a esta. Eram os recrutas considerados os mais capazes, mas não os melhores, pois eram, na realidade, mais acostumados às atividades de vaqueiros. O general português acrescentava:

"Neste sertão (não há preconceito racial), pois é costume antigo de se dar o mesmo valor aos brancos, mulatos e negros. E todos se tratam com igualdade, sendo rara a pessoa que não respeite este sistema de igualdade racial. Assim, aqui no Piauí, não se pode organizar companhias de brancos separados da companhia de pretos e mulatos".

Foi criada ainda uma Companhia de Dragões para escolta da comitiva do governo com 200 cavalos requisitados para a condução dos integrantes da comitiva e suas bagagens. Levavam de tudo, pois atravessavam regiões carentes e habitadas por índios hostis.

Em Carta Régia de 17 de junho de 1761, João Pereira Caldas recebe ordem de criar vilas de imediato no Piauí, tarefa que lhe rendeu bem mais trabalho. Em 1762, o governador atingiu Parnaguá que foi erigida vila Nossa Senhora do Livramento de Parnaguá. Antes organizara, no local, um batalhão para impressionar o povo que ali acorreu. Homens de 12 a 70 anos, recrutados num raio de dezenas de quilômetros, apresentavam-se a pé e a cavalo sem nenhum preparo militar, sem farda e armamento, transformados em soldados por ato do governador. E foram estendidos em linha defronte ao local onde temporariamente se hospedara João Pereira Caldas.

Essa cena foi repetida em todas as povoações por onde o governador passava. O primitivo Arraial dos Ávilas foi elevado a vila em 22 de junho de 1761 com o nome de Jerumenha. Em 8 de agosto de 1761, o goverrnador se fez presente em Santo Antonio de Surubim, na bacia do Longa, localidade que ele elevou a vila de Campo Maior. Em 18 de agosto, instalou a vila de São João da Parnaíba, distante uma légua da atual Parnaíba. De retorno da Parnaíba para Oeiras, o governador passou por

Campo Maior. Em 13 de setembro, erigiu a vila de Marvão do Piauí. Pouco dias depois, em 20 de setembro, foi erigida a vila de Valença do Piauí, onde supunha que havia sido o Arraial dos Paulistas, os primeiros a se estabelecerem naquele sertão.

Em 24 de setembro de 1761, a Vila da Mocha, então capital do Piauí, é elevada à categoria de cidade e recebe o nome de Oeiras, em homenagem ao português Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras e futuro marquês de Pombal. A província de São José do Piauí teria seu nome também como uma homenagem, dessa vez, ao rei de Portugal, D. José.

A população total das localidades elevadas à categoria de cidades, como Oeiras e algumas vilas, na época, chegava a 12.165 habitantes, incluindo indivíduos livres e escravos: Oeiras, 3.615 habitantes; Parnaíba, 2.335 habitantes; Campo Maior, 1.867 habitantes; Valença, 1485 habitantes; Marvão, 1059 habitantes; Parnaguá, 902 habitantes; e Jerumenha 902 habitantes.

O ambiente descrito pelo governador pouco se alterou nos 62 anos seguintes à Independência, a não ser pelo aumento da população, a abolição da escravatura indígena decretada em 1750, mas ainda em vigor em locais da Amazônia, Maranhão e Piauí. Outra missão atribuída ao general José Pereira Caldas, quando nomeado para o Piauí, era justamente restituir a liberdade aos índios escravizados em desrespeito à abolição da escravidão indígena, decretada em 1750.

Ao chegar ao Piauí, o general João Pereira Caldas trazia valiosa experiência da Amazônia, onde atuara como ajudante de ordens do capitão general Francisco Xavier Mendonça Furtado, que governou o Grão-Pará e Maranhão de 1751 a 1758. Caldas executou tarefas semelhantes às deste capitão general, que foi a autoridade que consolidou a conquista da Amazônia. Abordamos esse tema em nosso livro *Amazônia Brasileira – Conquista, Consolidação e Manutenção 1616-2004 – História Militar Terrestre da Amazônia*. Porto Alegre: AHIMTB/Gênesis, 2004. O governo de Francisco Xavier mendonça Furtado na Amazônia resultou na consolidação da conquista desse território, ao demarcar a nossa fronteira com a Espanha pelo Tratado de Madrid de 1750. Nessa tarefa, foi contida a ação dos jesuítas e submetidos a Portugal os índios por ele

liderados. Tratava-se de reação à atuação dos jesuítas que lideraram, no Rio Grande do Sul, a Guerra Guaranítica (1752-1756) contra a demarcação dos Sete Povos das Missões e evacuação dos índios que os habitavam para a margem esquerda do rio Uruguai. A ação contribuiu para a expulsão dos jesuítas do Brasil e América do Sul espanhola por Portugal e Espanha. As honrarias e o reconhecimento que couberam às ações de Mendonça Furtado, patrono da Região Militar com jurisdição sobre o Amazonas, talvez, um dia, possa merecer o general Pereira Caldas no Piauí pelo valor de suas ações.

Passemos ao Piauí, cerca de 60 anos mais tarde, agora sob o governo militar do major Fidié, abordando antecedentes da Guerra da Independência do Piauí.

Antecedentes da Independência no Piauí

Em 7 de setembro de 1822, às margens do arroio Ipiranga, em São Paulo, o príncipe D. Pedro proclamou a Independência do Brasil de Portugal, depois de uma crise entre brasileiros e portugueses, tendo como consequência algumas províncias se declararem obedientes às cortes de Lisboa e não aceitarem a autoridade do príncipe D. Pedro. Foi o caso do Piauí.

A reação à ocupação da Bahia pelo brigadeiro Luiz Madeira de Mello teve início em Cachoeira, em 25 de junho de 1822, culminando com a expulsão de Madeira de Mello e suas tropas da Bahia, em 2 de julho de 1824.

Enquanto na Bahia se travava a Guerra da Independência, no Piauí, estava em curso a reação contra o governador das Armas do Piauí, o português major João José da Cunha Fidié "oficial de elite, culto e poliglota, com experiência operacional na guerra contra Napoleão e contra o general Junot na Península Ibérica". Fidié era oficial de grande bravura profissional, cujo perfil militar analisaremos mais adiante, pela primeira vez, para avaliar e valorizar o grande esforço patriota em Jenipapo, realizado por soldados de circunstância improvisados.

O grito de reação no Piauí e a reação de Fidié

O brado de revolta contra a dominação portuguesa do Piauí foi em Parnaíba por iniciativa do coronel Simplício Dias da Silva, considerado o precursor da Independência do Piauí. Com sua base em Oeiras, capital do Piauí, o seu comandante das Armas, major Fidié, cobrindo uma distância de cerca de 660 km, Oeiras-Parnaíba, deslocou-se em marcha forçada até seu objetivo.

O coronel Simplício, surpreendido com a rapidez da marcha do major Fidié, viajou para o Ceará em busca de auxílio junto a outros patriotas. Mas, estrategicamente, atraiu Fidié para Parnaíba, facilitando a conquista patriota de Oeiras, de grande relevância econômica para todo o Nordeste por sua produção pecuária.

Seus bens em Parnaíba foram confiscados, e sua família foi aprisionada e recolhida ao brigue português *D. Miguel*, que viera do Maranhão com reforços.

A revolução patriota se alastrou pelo interior do Piauí e Ceará e, por fim, ao Maranhão. De todas as partes, patriotas mostravam o desejo de lutar pela Independência.

Resolvido o problema em Parnaíba, Fidié empreendeu marcha forçada de retorno a Oeiras, onde os patriotas em Jenipapo não permitiriam que ele chegasse a seu objetivo estratégico.

A chegada de Fidié a Oeiras em 28 de agosto de 1822

O major Fidié chegou a Oeiras em 8 de agosto de 1822, um mês antes da Proclamação da Independência pelo príncipe D. Pedro.

Em Campo Maior, Lourenço Araújo Barbosa liderava a campanha pró-independência, o que provocou o envio para esta cidade, por Fidié, do destacamento de Marvão para o manter informado.

No Ceará, foi declarado D. Pedro protetor e defensor perpétuo do Brasil.

Em 19 de outubro de 1822, a Câmara de Parnaíba havia comemorado festivamente a Independência do Brasil.

Em 13 de novembro de 1822, a junta de governo em Oeiras decidiu debelar a rebelião em Parnaíba.

O major Fidié partiu neste dia para Parnaíba, depois de requisitar armas e pólvora e, com toda a tropa de milícias, deixando na capital, em Oeiras um capitão e um alferes. Enfim, desamparada!

A marcha forçada de Fidié de Oeiras a Parnaíba

A marcha forçada de Fidié pelo sertão seco e sob sol abrasador foi muito penosa. Seus soldados assaltaram, em caminho, algumas fazendas em busca de gado para se alimentarem e por todos os recantos buscaram água, que era muito escassa.

Depois de sofridos 12 dias de marcha forçada, atingiram um oásis representado pela larga planície de Campo Maior com seus carnaubais se estendendo por enorme faixa a perder de vista.

Fidié foi obrigado a recuperar o desgaste de sua força em Campo Maior, onde permaneceu cerca de 12 dias.

A notícia da presença de Fidié em Campo Maior e da vinda do Maranhão do brigue português *Infante D. Miguel* obrigou os patriotas de Parnaíba a buscarem refúgio na serra de Ibiapaba. Dois dias depois, chegava a Parnaíba o brigue sob o comando do capitão tenente Francisco Salina Freire, subindo o rio Parnaíba e fundeando em Iguaraçu, onde desembarcaram 25 soldados e marinheiros em reforço à guarnição militar de Parnaíba.

Em 12 de dezembro de 1822, Fidié com sua tropa de milícias de infantaria, cavalaria e artilharia atingiu Piraruruca.

Em 18 de dezembro de 1822, o major português comandante das Armas do Piauí chegou à Parnaíba, um mês e cinco dias após ter saído de

Oeiras, distante 660 quilômetros da Parnaíba. A marcha manteve uma média diária de quilômetros percorridos bastante elevada (cerca de 27 km/dia, perfazendo os 660 km em 23 dias). Foi rapidíssimo!

Comparo esse feito militar àquele liderado pelo capitão de infantaria Lauro Castro Amorim, hoje residente em Resende, quando percorreu um longo trecho de Salvador a Brasília, com a finalidade simbólica de unir o passado ao presente, ligando o marco da fundação de Salvador, primeira capital do Brasil, a Brasília, capital do futuro.

Seu destacamento fez marcha a pé de Cariranha a Brasília, percorrendo 685 km em 25 dias, distância aproximada daquela entre Oeiras e Parnaíba.

A marcha foi precedida de informações detalhadas sobre o estado das estradas e pontes do trajeto e condições de abastecimento de água, carne, verduras, etc. O destacamento do capitão Amorim foi constituído de voluntários do Exército e da Polícia Militar da Bahia, previamente submetidos a rigorosa inspeção de saúde e árduo treinamento, corridas de até 5.000 metros e marchas de até 37 km. Treinamento de marcha que totalizou 278 km sob as mais variadas condições de terreno em asfalto, terra, areia; e variações de horários (de madrugada, de manhã, à tarde e à noite), de condições meteorológicas (dias ensolarados, com chuva ou nublados) e de temperatura (do calor intenso ao frio extremo). Receberam vacinas antifebre amarela e tétano.

A marcha teve início em Cariranha, às 7 horas do dia 22, apoiada por duas viaturas transportando o essencial, o material de acampamento, cozinha e gêneros para oito dias. Não levaram canhões. O destacamento marchou com seu uniforme de campanha, armamento e sem capacete de aço.

As etapas de marcha variavam de 26 a 47 km, sendo o limite determinado em função da existência de água próxima ao acampamento. A marcha, portanto, foi executada numa média de 30 km por dia. Iniciava às 4 horas e terminava por volta das 11 horas. Ao final de cada marcha, encontrava-se o seu acampamento montado e a cozinha funcionando.

Todos os integrantes chegaram ao destino. Um relatório médico registrou 60 casos de gripe, 102 diarreias, 10 disenterias, 1 pneumonia, 1 gastrite, 12 picadas de insetos, 10 rachaduras de lábio pelo frio e 2 quebras de mandíbulas.

No dia 21 de abril, o destacamento Amorim, constituído de 60 homens, desfilou por último, encerrando o desfile e com o seu uniforme de marcha. Defronte o palanque presidencial, o destacamento fez alto, e o capitão Amorim entregou a mensagem ao comandante da 6ª região militar, general Freitas, que a leu para a assistência e a entregou ao presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Esta marcha, feita nas condições ideais, sem a tensão de guerra, com todo apoio logístico disponível, precedido de boa preparação, resultou numa marcha forçada de 685 km feita em 29 dias, numa média de cerca de 24 km/dia.[3]

Mas voltemos ao major Fidié e sua marcha forçada de Oeiras a Parnaíba. Como dissemos, tratou-se de uma marcha sem preparo prévio, sem apoio logístico, recorrendo a recursos locais como bovinos requisitados dos fazendeiros pelo caminho e com água escassa em razão da seca, além disso, levando 11 canhões e munições e vivendo as tensões de possíveis surpresas. Em realidade, foi um grande sucesso militar nas difíceis circunstâncias, o que deve ser ressaltado para valorizar o esforço dos patriotas ao enfrentar tão valoroso soldado, que, ao final da guerra peninsular, enfrentou com o seu regimento uma penosa marcha de três meses para retornar a Portugal.

[3] Sobre a marcha do destacamento Amorim, publicou o autor, em 2013, trabalho disponível em: http://www.ahimtb.org.br/MARCHA%20TERRESTRE%20SALVADOR-BAHIIA%20em%201960.pdf.

Atuação de Fidié em Parnaíba

Fidié foi até o Senado da Câmara de Parnaíba e exigiu que a população local renovasse o juramento de fidelidade a Portugal e que, em decorrência, fosse celebrado um *Te Deum*.

Antes da chegada de Fidié, as autoridades portuguesas, já haviam sido reempossadas pela guarnição do brigue *Infante D. Miguel*.

Fidié permaneceu dois meses em Parnaíba ordenando diversas providências. Pediu permissão superior para marchar de Parnaíba ao Ceará e dali, depois de dominado este, deslocar-se para a Bahia, procurando operar junção com as tropas do brigadeiro Madeira de Mello. Pediu permissão para enviar dois dos seus batalhões ao Ceará, mas a junta de governo do Piauí negou seu pedido em razão da situação no estado piauiense se agravar a cada dia.

Os acontecimentos em Oeiras na ausência de Fidié

Em Oeiras, em 29 de dezembro de 1822, a junta de governo se reuniu e ordenou ao comandante da guarnição tenente-coronel Souza Martins que ficasse de prontidão para fazer face a qualquer emergência, tendo reforçado o seu equipamento com armamentos.

No início de 1823, o padre Dr. José Joaquim Monteiro de Carvalho Oliveira informou a junta de governo sobre uma conspiração patriota em Oeiras. A junta de governo determinou prisões dos conspiradores apontados pelo padre, um exaltado partidário de D. João VI. Só foi apanhado José de Souza Coelho de Faria.

A informação de que a cavalaria de Fidié havia sido enviada para Oeiras chegou aos patriotas. Essas medidas dos portugueses agravaram o ânimo da revolta em Oeiras, aumentado, com a chegada do emissário do general Labatut, comandante da reação militar patriota na Bahia, concitando o Piauí a aderir à causa da Independência. O presidente da junta em Oeiras respondeu a Labatut que se manteria fiel à Coroa e pediu, em 14 de janeiro de 1823, a presença em Oeiras do major Fidié, para defendê-la, em razão da importância política e econômica (pecuária) da cidade e da existência ali dos cofres do erário da província.

Além de Oeiras, o movimento patriota se estendeu a Marvão (Castelo do Piauí) e a Crateús, o que faltava para a expansão dos sentimentos de Independência até então reprimidos.

Em Oeiras, em 23 de janeiro de 1823, o brigadeiro Manoel de Souza Martins, mais tarde, visconde de Parnaíba, reuniu, em sua residência, oficiais e civis de sua confiança. Distribuiu missões a todos, e, pela madrugada, Oeiras passou para as mãos dos patriotas. Em 24 de janeiro de 1823, foi proclamada a Independência em Oeiras, e foi eleita uma junta de governo patriota sob a presidência do brigadeiro Souza Martins, que logo determinou que a Independência fosse proclamada em Valença, Campo Maior, Parnaíba, Jerumenha e Parnaguá. Comunicou ainda ao Maranhão que o Piauí aderira à Independência, pedindo ainda sua neutralidade, pois a junta de governo do Maranhão era fiel a Portugal.

A junta patriota de governo do Piauí tinha que resolver três grandes problemas militares:

1º A vizinhança do Maranhão e sua junta de governo fiel a Portugal.
2º O reduzido efetivo militar de que dispunha.
3º A presença do major Fidié em Parnaíba.

Para fazer face à possível intervenção da junta de governo do Maranhão, determinou que seus pequenos efetivos cerrassem sobre o corte do rio Parnaíba, fronteira com o Maranhão. Para o problema de possuir pequeno efetivo, contava com o patriotismo dos piauienses e os prometidos reforços a serem enviados do Ceará. Mas não teve, ao que parece, a visão do maior perigo para a causa patriota, a presença, no Piauí, da tropa de Milícias de Portugal sob o comando do competente major Fidié.

Do Ceará, chegou a Marvão (Castelo do Piauí) um contingente de cearenses liderados pelo alferes miliciano Manuel Abranches Paes. Leonardo de Carvalho Castelo Branco, ao escapar de Parnaíba, conseguiu, em Granja e Sobral, o apoio de 200 homens, repartidos em duas divisões: a divisão do norte, comandada pelo capitão José Francisco de Souza, que surgiu em Piracuruca em 22 de janeiro de 1823 e proclamou a sua independência; e a outra, a divisão do sul, sob o comando

do capitão Luís Rodrigues Chaves, que investiu sobre Campo Maior e a ocupou sem resistência, colocando em debandada os seus defensores ali deixados por Fidié.

Em 12 de fevereiro de 1823, a divisão do sul proclamou a independência de Campo Maior, que, desde 2 de fevereiro de 1823, havia aclamado D. Pedro I como o novo imperador do Brasil.

Leonardo Castelo Branco não permaneceu em Piracuruca e Campo Maior. Prosseguiu para a fazenda Melancias, de onde pretendia atravessar o rio Parnaíba para proclamar a independência do Maranhão. Foi feito prisioneiro ao desembarcar no Maranhão, no porto de Repartição. Foi posto a ferros e enviado para São Luís, onde foi julgado e enviado preso para Lisboa, sendo libertado somente em 26 de setembro de 1823. Foi uma grande perda para a causa patriota. Sobre Leonardo Castelo Branco, discorreremos mais adiante.

Em Campo Maior, Piracuruca e nos sertões, reinava a anarquia e o saque, e sem meios para a repressão da desordem. O brigadeiro Souza Martins dispersava seus parcos meios reforçando contingentes no corte do rio Parnaíba, em cobertura a ações partidas do Maranhão.

A marcha de Fidié de Parnaíba até Jenipapo

Em 1º de março de 1823, o major Fidié, com sua tropa bem armada, informada e reforçada, decidiu marchar para Oeiras para lá restabelecer o poder de Portugal. Recebera reforços de soldados do brigue *Infante D. Miguel* e da guarnição do Maranhão em Carnaubeiras.

Com 1.100 homens milicianos de infantaria, cavalaria e artilharia, e com 11 canhões e reforçado, deixou Parnaíba. Adotou rígidas medidas de segurança de marcha e se dirigiu a Piracuruca, que julgava defendida pela divisão do norte do Ceará sob o comando do capitão José Francisco de Souza.

Em 10 de março de 1823, na Lagoa de Jacaré, próximo a Piracuruca, escaramuçou com um pequeno contingente. Entrou em Piracuruca sem resistência, pois a encontrou abandonada. O capitão José Francisco de Souza, não tendo recebido reforços para a sua divisão do norte, desistira de oferecer resistência e se retirara para o Ceará.

Fidié já completara dez dias de marcha. Permaneceu menos de um dia em Piracuruca e retomou sua marcha forçada para Campo Maior. Segundo informes que lhe chegavam, ali enfrentaria uma força voluntária reduzida, mobilizada às pressas e armada com seus instrumentos de trabalho no campo, facas, facões, foices etc., com as suas armas de caça de

carregar pela boca e os seus integrantes gente do povo sem nenhuma experiência militar, mas dispostos a morrer pela causa da Independência.

Era crítica a situação militar de Campo Maior, mesmo assim, o capitão Luiz Rodrigues Chaves, comandante da divisão do sul, vindo do Ceará, decidiu fazer frente a Fidié e impedir a abertura da via de acesso de Fidié a Oeiras, seu objetivo estratégico. Convocou os patriotas da vila de Campo Maior e do campo, os agricultores e destemidos vaqueiros, homens sem disciplina e instrução militar, mas dispostos a morrer em combate pela causa. Segundo monsenhor Chaves, Rodrigues Chaves ainda chamou de Estanhado (atual União) o capitão pernambucano João da Costa Alecrim, que ali mobilizava maranhenses e meios para ajudar a causa do Piauí.

No dia 12 de fevereiro de 1823, às 24 horas, chegavam ao Maranhão, com 80 voluntários, o baiano Salvador Cardoso de Oliveira e seu irmão Pedro, para se dedicarem à causa da Independência do Brasil. Às 16 horas, rumaram para Campo Maior, sem descanso, lá chegando ao alvorecer do dia 13 de fevereiro de 1823. No mesmo dia, ali chegou o capitão Alexandre Nery Pereira Nereu, com outro grupo de patriotas do Ceará.

A concentração patriota em Campo Maior

Em frente à Igreja Santo Antônio, reuniu-se um grupo bastante heterogêneo de cerca de 2.000 patriotas para enfrentar os disciplinados profissionais milicianos liderados pelo competente e experimentado major Fidié.

O capitão Luiz Rodrigues Chaves, vindo do Ceará, procurou coordenar a ação do grupo militar improvisado de que dispunha, como comandante geral, o que concluímos, salvo melhor juízo. Marcharam para as margens do rio Jenipapo, vazio em razão da seca, onde, bem disfarçados, guardavam as duas saídas abertas no meio de carnaubais que ali desembocavam na margem oposta. Os patriotas, integrando uma tropa irregular, sem disciplina e experiência militar, pretendiam ali surpreender Fidié e evitar um desvantajoso combate de encontro. Mas este, prevenindo-se contra uma surpresa, marchou em segurança com o forte ou grosso de sua tropa pela estrada à direita de sua direção de marcha, cobrindo-se à sua esquerda, ao longo da estrada do norte, com sua cavalaria um pouco à frente do grosso, composto de infantaria, artilharia e trem (bagagens).

Leonardo de Carvalho Castelo Branco 1788-1873

Leonardo de Carvalho Castelo Branco integra a genealogia dos Castelo Branco, à qual pertence o marechal Humberto Castelo Branco, oficial de operações da Força Expedicionária Brasileira e presidente da República.

De acordo com o grande historiador piauiense monsenhor Chaves, Leonardo nasceu em 1788, em Tabocas, numa fazenda de gado na margem esquerda do rio Longá, em distrito então pertencente à Parnaíba. Fez seus estudos em casa, por sua iniciativa, auxiliado pelo pai, tornando-se homem com muito boa cultura no meio em que vivia. Sua família era importante. Era eleitor em Parnaíba, tendo concorrido para deputado às Cortes de Lisboa sem conseguir os votos suficientes.

Ainda segundo monsenhor Chaves, Leonardo Castlo Branco não participou do combate de Jenipapo. Mas foi dos primeiros em Parnaíba a aderir ao movimento de Independência. Arrebatado pelos ideais dessa causa, deixou sua fazenda e família e foi para Parnaíba com disposição para lutar por ela até o último ânimo.

Em Parnaíba, o movimento era de ideias, a Proclamação da Independência lá não tinha meios militares a sustentá-la. Com a aproximação de Fidié de Parnaíba, então, o movimento esvaziou como um balão furado,

na expressão do monsenhor Chaves. Leonardo e outros líderes abandonaram Parnaíba. Ele se dirigiu a Sobral, no Ceará, onde convenceu um grupo de cearenses a invadir o Piauí sob sua liderança para libertá-lo do jugo português.

Leonardo organizou uma força expedicionária composta de duas frações que denominou 1ª e 2ª divisões. Ele assumiu o comando da 1ª divisão e, com ela, invadiu o Piauí no dia 22 de janeiro de1823, decorridos quatro meses e meio do Grito do Ipiranga de Independência ou Morte em São Paulo. Entrou em Piracuruca, surpreendeu e aprisionou a guarnição ali deixada por Fidié. Dois dias depois, em 24 de janeiro de 1823, ele redigiu uma Proclamação aos piauienses e maranhenses, exortando-os a apoiarem a Independência.

De Piracuruca, marchou para Campo Maior, que já encontrou rebelada, no dia 1º de fevereiro de 1823.

No dia 6 de fevereiro, enviou correspondência à Câmara Municipal e comando militar de Caxias, no Maranhão, conclamando-os a aderirem à causa brasileira de Independência de Portugal.

A seguir, deixou Campo Maior e foi estabelecer seu quartel na Fazenda Melancias, à margem do rio Parnaíba, defronte à Repartição no Maranhão. Ali caiu numa armadilha quando distribuía sua proclamação ao povo maranhense de Repartição. Foi preso e confinado na Fortaleza de Santo Antônio da Barra, enquanto era processado. Dali foi enviado preso para Portugal, a bordo do brigue *Sociedade Feliz*, sendo, em Lisboa, recolhido à cadeia de Limoeiro.

Quando do combate de Jenipapo, em 23 de março de 1823, ele se encontrava preso em São Luiz. Esta foi a sua participação efetiva no movimento de Independência.

Foi preso em 6 de junho de 1823 e libertado em 22 de julho de 1823 por acordo da Relação de Lisboa. Retornou ao Brasil, para o Recife, e dali seguiu para a Bahia onde conheceu a rendição e prisão de Fidié.

Em 1824, retornou ao Piauí e, sentindo-se injustiçado pelo governo do Brasil, por não haver reconhecido a sua contribuição à Independência, aderiu à Confederação do Equador, favorável à República, e foi preso e enviado para Oeiras e, de lá, para São Luiz, onde foi libertado.

Nessa ocasião, ele já havia mudado o seu nome para Leonardo de Nossa Senhora das Dores Castelo Branco.

Desiludido com a política, decidiu dedicar-se à ciência no campo da mecânica. Inteligente e autodidata, mas sem base intelectual, foi procurar apoio em Lisboa, onde permaneceu por cerca de 27 anos, retornando ao Brasil em 1850.

No Brasil, segundo monsenhor Chaves, ele persistiu obsessivamente em descobrir o moto-contínuo. No Rio, ele recebeu apoio para a sua ideia. No arsenal da Marinha, ele recebeu os meios necessários para a construção de sua máquina de moto-continuo. Mas nada deu certo! Tudo fracasso! E, neste trabalho, faleceu na maior penúria com 85 anos, em 12 de julho de 1873, segundo monsenhor Chaves.

Deixou as seguintes obras: *A criação universal* (poema); *O santíssimo milagre* (canção); *Astronomia e mecânica leonardina*, obra não publicada e volumosa com 2.422 números, em que abordou, com visão bíblica, os mais graves problemas geográficos e astronômicos.

Sua memória como patriota que lutou e muito sofreu em prol da Independência no Brasil, não reconhecida na época, pelo governo do Brasil Independente, hoje, foi reconhecida pelo Piauí e traduzida por pedestal com o seu busto junto ao monumento de Jenipapo,

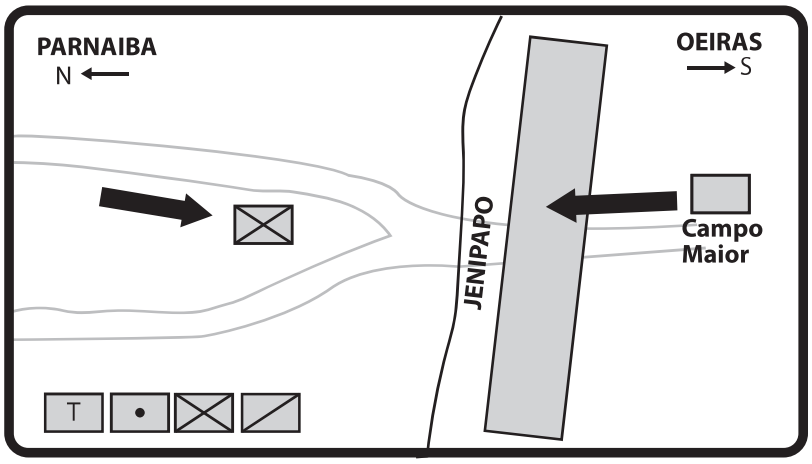
Acreditamos que sua vida e obra precisam ser aprofundadas por especialistas, a estudarem a sua volumosa *Astronomia e mecânica leonardina*, levando em consideração haver sido escrita por um homem nascido e criado longe dos centros científicos do Brasil e do exterior, a alimentar sonhos como o moto-contínuo. Essas indicações do monsenhor Marques impõe-se sejam alargadas e vistas por especialistas piauienses com lente de aumento. Temos a impressão de que elas contêm algo de apreciável valor.

O combate de Jenipapo – desenvolvimento

Convenção: os patriotas maranhenses, piauienses e cearenses são representados por um retângulo, tendo inscrito, no interior, P. As tropas de infantaria, cavalaria, artilharia e bagagens, obedecem simbologia própria. Infantaria, uma linha inclinada; cavalaria, duas linhas cruzadas; artilharia, uma bolinha preta no centro; e bagagens ou trem de guerra, um T no centro.

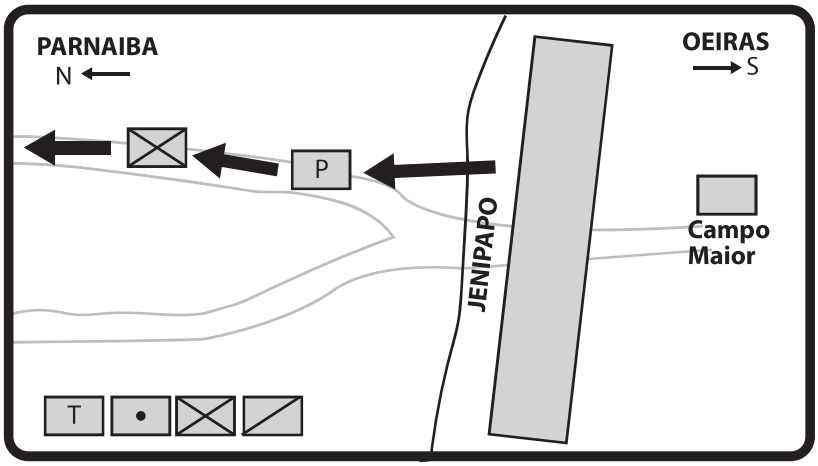
1º tempo

Deslocamento dos cerca de 2.000 patriotas de Campo Maior para ocupar posição defensiva no corte do rio Jenipapo, então seco, enquanto o major Fidié se aproxima do rio Jenipapo com o grosso de sua força de cavalaria, infantaria, artilharia e bagagens (trens ou impedimenta) pela estrada da direita, enviando pela estrada da esquerda, como vanguarda e cobertura de seu flanco esquerdo, uma força à base de cavalaria.



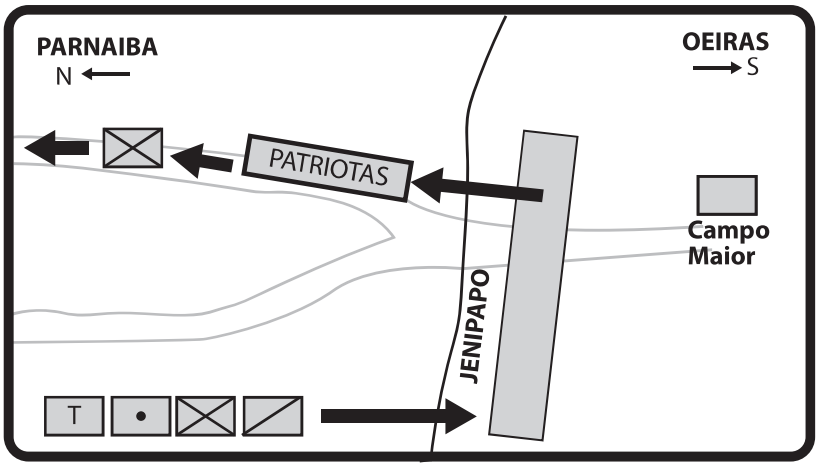
2º tempo

Os patriotas, descobrindo a vanguarda de Fidié progredindo pela estrada da esquerda, destacam da sua posição uma força para a atacar. Esta vanguarda de Fidié parte em retirada, trocando tiros com a força mandada em seu encalço. Fidié toma conhecimento do tiroteio e inicia o avanço para o corte do Jenipapo.



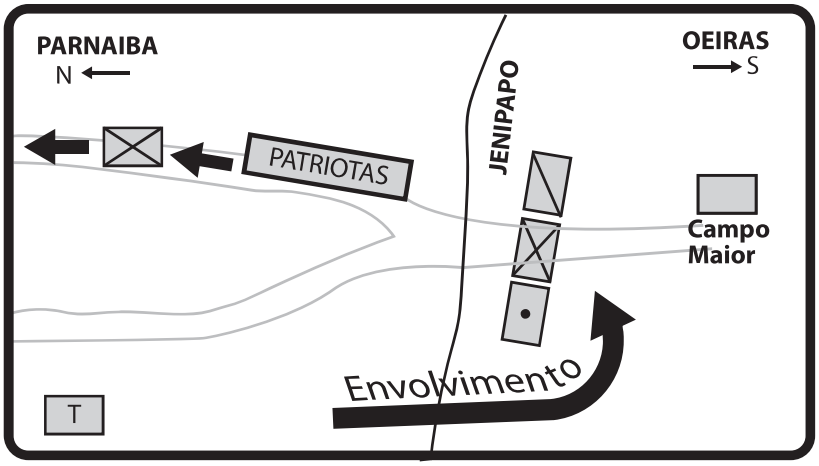
3º tempo

Os patriotas, julgando que a vanguarda de Fidié era toda a sua força em retirada, deixam desordenadamente a sua posição defensiva no corte do Jenipapo e partem todos em sua perseguição ao longo da estrada da esquerda. Fidié avança sobre o Jenipapo deixando a retaguarda as suas bagagens ou trem de guerra.



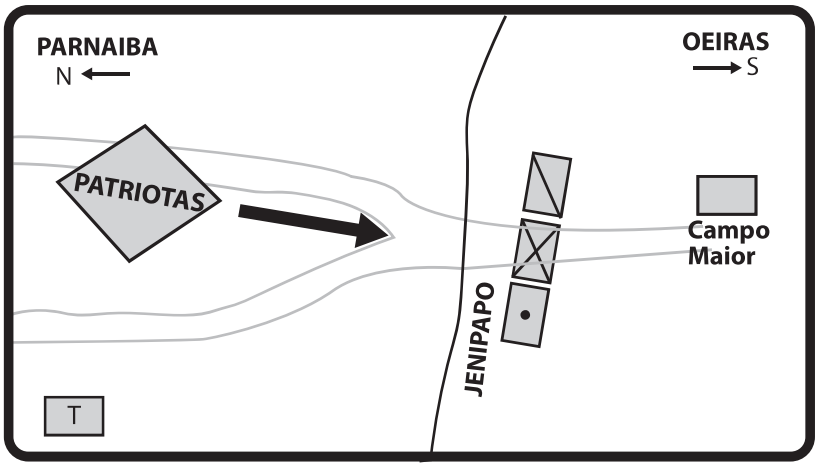
4º tempo

Fidié, percebendo abandonada a posição patriota inicial do outro lado do Jenipapo, realiza o envolvimento, sem resistência, desta posição, onde se fortifica e toma posição defensiva apoiada por seus onze pequenos canhões.



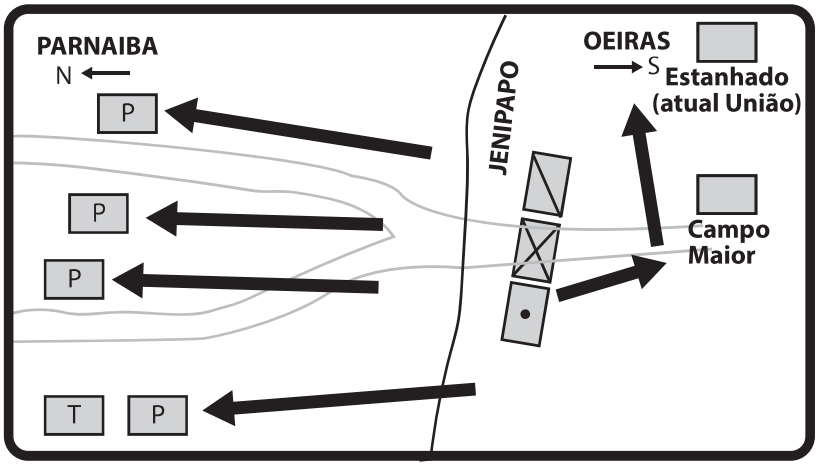
5º tempo

Os patriotas, improvisados soldados de circunstância, ao retornarem, constatam surpresos que sua posição inicial estava ocupada por Fidié. Reagrupam-se e partem para o ataque feroz que se estende por longas horas, com perdas significativas para os dois lados. Então, muitos patriotas, lutando bravamente, tombam em combate desigual contra uma posição fortificada e guarnecida por onze canhões. Nesse feroz combate, os patriotas tentam sem sucesso uma penetração e duplo desbordamento da posição de Fidié.



6º tempo

Os patriotas continuam atacando feroz e frontalmente a posição de Fidié, tentando envolvê-la e penetrá-la sem o conseguir. Nesse momento, ocorrem pesadas perdas para ambos os contendores. Mas os onze canhões de Fidié tornaram impossível a vitória patriota.



7º tempo

Com pesadas perdas, os patriotas e Fidié se retiraram do local do combate. Fidié avançou para próximo de Campo Maior, onde se refez, reorganizou-se e desistiu de prosseguir na reconquista de Oeiras. Marchou para Estanhado (atual União), onde tentou receber socorro da junta de Maranhão, favorável a Portugal. Um dos grupos patriotas, em sua retirada, encontra as bagagens de Fidié e a saqueia, privando o comandante português de itens logísticos essenciais (armas, munições, dinheiro etc.).

Armamento individual usado na época

Armas de fogo: a infantaria usava carabina modelo 1822, de carregar pela boca, 18 mm de calibre e 1.032 mm de comprimento, sem considerar a baioneta, usada em ações de choque, principalmente quando a cavalaria inimiga assediava a tropa nos quadrados formados por esta.

Seu acionamento era consequência do impacto do cão de sílex (pedra de fogo) contra uma peça de ferro (caçoleta). Disto, resultava uma faísca que incendiava a pólvora (do ouvido) do orifício que se comunicava, por sua vez, com a câmara de detonação. A pólvora era acondicionada em cartuchos para facilitar o seu carregamento e para ficar protegida da umidade.

O projétil era esférico de chumbo moldado, inclusive em campanha.

A cavalaria usava clavina modelo 1822 do mesmo sistema. Esta arma era usada pelos chefes ao lado da espada. O alcance da carabina e da clavina era de 250 a 300 metros. O pistolão era para o tiro à queima-roupa.

Todas essas armas de fogo tinham baixa velocidade de tiro. Seu carregamento era feito da seguinte forma: o cartucho com pólvora e projétil era aberto com os dentes; parte da pólvora era colocada no fogão e coberto com a caçoleta; em seguida, a sobra era colocada no cano com o cartucho rompido para baixo e, com o auxílio da vareta, o cartucho

(pólvora e projétil) era comprimido. Este cartucho inventado pelo rei Gustavo Adolfo, da Suécia, foi um marco na evolução da Ciência na Guerra.

O vento, a chuva e a umidade tornavam um problema o uso dessas armas.

Armas brancas: era feito largo uso de espadas retas ou curvas e de diversas origens. Ela era portada, em princípio, pelos oficiais de infantaria e cavalaria e graduados de cavalaria. Havia preferência por espadas retas.

Armamentos de Artilharia

Fidié usou onze canhões, e os patriotas somente um, que foi capturado por Fidié.

Creio que, em Jenipapo, a rigor, houve uma derrota dos patriotas, mas o grande esforço ofensivo destes foi decisivo para a vitória estratégica da Independência do Piauí. Em Jenipapo, decidiu-se o destino do Piauí independente, ao tornar-se impossível ao major Fidié reconquistar Oeiras e, de lá, impedir a consolidação da Independência com o apoio da junta do Maranhão, fiel a Portugal.

Reunião dos patriotas que lutaram em Jenipapo

Salvador Cardoso Correia reuniu alguns patriotas, dirigiu-se para Campo Maior, que estava abandonada, e seguiu adiante.

Em 20 de março de 1823, encontrou muitos patriotas em retirada na Fazenda São Pedro, onde acampara o governador da junta patriota, o brigadeiro Joaquim de Souza Martins, que se dirigia para Campo Maior em seu socorro.

Ali avaliaram a próxima reação de Fidié, a de marchar sobre Oeiras. Daí ser importante reunir meios para defendê-la, o que já havia sido feito com sucesso em Jenipapo.

Então Salvador Cardoso e o capitão Alecrim voltaram para Campo Maior. Em Humildes (Alta Longa), encontraram-se com Pedro Martins, que deu notícias do ataque e saque do trem de guerra de Fidié.

Concentração patriota em Oeiras

Chegaram a Oeiras, no dia 25 de março de 1823, o tenente-coronel João Araújo Chaves, Salvador Cardoso, Pedro Martins e capitão Alecrim com suas forças.

Foram despachados contingentes de patriotas para restabelecer a ordem em Campo Maior e para reforçar os postos patriotas no rio Parnaíba. Receberam notícias da chegada do reforço do Ceará e de Pernambuco. A junta patriota escreveu ao general Labatut, na Bahia, mostrando-se apreensiva com uma reação portuguesa partida do Maranhão contra Oeiras.

Em Estanhado, Fidié solicitou apoio ao tenente-coronel Manoel de Souza Pinto Magalhães, que comandava os portugueses em Caxias, no Maranhão. Mas este não o atendeu de pronto sob a alegação de ter de enviar tropa para fora do Maranhão.

O marechal Agostinho Antônio de Faria, chefe militar no Maranhão, concordou com o apoio desde que não colocasse em risco a segurança do Maranhão. Isto decorria do temor desse comandante das Armas de que o movimento de Independência envolvesse o Maranhão, como já envolvera o Ceará e o Piauí. Não havia possibilidades de socorro do Rio de Janeiro e do Pará.

A Independência envolve o Maranhão

Os patriotas piauienses e cearenses invadiram o Maranhão, ocuparam São José dos Matões e proclamaram a Independência.

A cidade de Caxias reagiu, sendo ordenado à sua tropa de linha que desse combate ao movimento patriota. O comandante de Caxias deu parte de doente. Sua tropa insubordinou-se e não seguiu para combater os patriotas em São José dos Matões.

Em Estanhado (União), Fidié foi convidado para cerrar e defender Caxias, bem como defender a junta de governo do Maranhão. Em abril de 1823, Fidié, com sua tropa, cerrou sobre Caxias e fortificou-se na elevação denominada Taboca (hoje Alecrim).

E ali ele resistiu durante três meses, cercado por milhares de patriotas maranhenses, piauienses e cearenses, comandados pelo chefe sertanejo cearense José Pereira Filgueiras, que cerrara sobre a cidade de Caxias com forte expedição composta de soldados a pé e a cavalo e valentes vaqueiros que mobilizara.

Em 31 de julho de 1823, Fidié cercado e sem possibilidades de receber apoio logístico e reforços capitulou, após resistência memorável.

No dia seguinte, 1º de agosto de 1823, decorridos cerca de 3 meses e 17 dias do combate de Jenipapo e cerca de 10 meses e 23 dias da procla-

mação de nossa Independência em 7 de setembro de 1822, pelo príncipe regente D. Pedro, às margens do arroio Ipiranga, os patriotas entravam em Caxias, consolidando, assim, a Independência do Maranhão, Piauí e Ceará. Para isto, contribuiu decisivamente o combate de Jenipapo, uma derrota tática numa ação retardadora promovida por um exército improvisado, mal armado e sem conhecimento da arte militar, mas, sem dúvida, uma grande vitória estratégica que minou o poder militar do major Fidié e o impediu de rumar para Oeiras e reconquistá-la.

O combate de Jenipapo lembra a derrota militar do governo na Lapa, onde os federalistas a atacaram, mas a praça resistiu por cerca de 40 dias ao avanço federalista, dando tempo ao marechal Floriano para organizar a defesa na fronteira entre Paraná e São Paulo e a chegada da esquadra legal ao Rio de Janeiro. Assim deve ser entendida a vitória patriota em Jenipapo.

Análise militar do combate de Jenipapo

Qual a razão de os patriotas, conhecedores do terreno ao longo do itinerário Parnaíba-Oeiras, não terem recorrido à guerra de guerrilhas, "a estratégia do fraco contra o forte", modalidade com antecedentes no Nordeste com a guerra de Emboscadas ou guerra brasílica, que evoluiu até as batalhas dos Guararapes, que terminaram por expulsar os holandeses do Brasil e assim preservar a unidade do Brasil? Guerra de guerrilhas fluvial utilizada na Amazônia pelo guerrilheiro capitão Pedro Teixeira para expulsar, cerca de um século antes, os ingleses e holandeses da Amazônia. Enfim, uma estratégia eficaz usada pelos brasileiros para expulsar os holandeses da Bahia, em 1724, de Pernambuco, em 1754, e, mais tarde, os espanhóis do Rio Grande do Sul, em 1776. Estratégia que seria usada pelos cabanos no Pará e balaios no Maranhão e, bem mais tarde, no Acre, por Plácido de Castro, e, até um pouco antes, no Amapá, pelo general Cabralzinho, para libertar o Amapá de investida francesa, sem se mencionar as lutas contra os franceses no Maranhão.

Por que não recorreram a semelhante guerra de guerrilhas? Esta é a pergunta que ficará no ar!

O combate de Jenipapo à luz da arte militar

Analisaremos o combate à luz dos princípios da guerra e da manobra e seus elementos, dos pontos de vista dos patriotas e dos portugueses.

A manobra patriota

Objetivo: impedir a marcha do major Fidié para Oeiras.

Forma: manobra defensiva com ações dinâmicas de defesa – o contra-ataque.

Direção: convergente de todos os elementos.

Repartição de meios: não é caracterizado, ficaram todos agrupados.

Amplitude da manobra: manobra tática, uma ação retardadora, com repercussões estratégicas, para impedir a chegada e retomada de Oeiras pelo major Fidié.

Os patriotas e os princípios de guerra

Ao longo das guerras, foram isolados certos princípios que, se bem aplicados por uma força considerada, é meio caminho para o sucesso. Princípios que foram denominados *princípios de guerra*, os quais, se-

gundo o marechal Castelo Branco, poderiam ser aplicados em qualquer atividade humana na conquista de um objetivo visado.

Mas não existe consenso internacional sobre a denominação dos princípios de guerra. Eu, por exemplo, incluo o *princípio de guerra das informações* ao se procurar conhecer bem o inimigo. Princípio que infraestrutura os demais: objetivo; massa; ofensiva; economia de forças; manobra; surpresa; segurança; simplicidade e unidade de comando.

Objetivo: o objetivo patriota era impedir o prosseguimento do major Fidié para Oeiras, reconquistá-la e, assim, impedir a consolidação da Independência do Piauí e dali, em aliança com o Maranhão, anular a consolidação da Independência na região (Piauí, Maranhão e Ceará) e controlar a economia da região – a pecuária.

Massa: foi inicialmente atendida ao se reunir o maior número de patriotas, para marcharem em direção ao corte do rio Jenipapo e ali tomarem posição defensiva coberta e abrigada na barranca do Jenipapo vazio.

Ofensiva: foi procurada uma ofensiva ou ação dinâmica da defesa ao abandonarem a posição e partirem para um confronto com a vanguarda de Fidié, imaginando tratar-se esta da tropa inimiga em sua totalidade. Mudança de defensiva para ofensiva em ataques sucessivos, visando a penetrar na posição que ocuparam inicialmente e que foi ocupada por Fidié agora na retaguarda patriota.

Economia de forças: não houve, pois toda a força foi empenhada no combate sem se deixar uma reserva e, além disso, abandonando a posição ocupada ao partirem todos para o ataque. Fato semelhante se deu ao tentarem reconquistar a posição inicial que ocuparam.

Manobra: manobra é movimento. É o deslocamento da massa para o ponto mais comprometido do inimigo. Os patriotas em massa manobraram equivocadamente sobre a vanguarda de Fidié, imaginando fosse ela o grosso da tropa de Fidié, criando condições para Fidié envolver a posição abandonada pelos patriotas e ocupá-la, fortificá-la e nela colocar seus onze canhões em posição.

Surpresa: os patriotas, ao se posicionarem cobertos e abrigados no corte do Jenipapo para ali surpreenderem Fidié, foram por este surpre-

endidos. A posição inicial dos patriotas, abandonada para o ataque maciço à vanguarda de Fidié, foi ocupada pelo restante das tropas inimigas.

Segurança: os patriotas não deixaram reserva nem exploraram em profundidade com postos avançados ao longo das duas estradas de acesso à passagem do rio Jenipapo. Ficaram em posição à espera de Fidié, foram surpreendidos e se deixaram enganar, atacando a vanguarda e não o grosso de Fidié, deslocando-se pela estrada à esquerda.

Simplicidade: a manobra patriota foi simples até a ocupação da posição no corte do Jenipapo, e complexa no equivocado ataque à vanguarda de Fidié.

Unidade de comando: não houve. Havia diversos comandos que tomavam iniciativas próprias ao atacarem a vanguarda de Fidié, abandonando a posição precipitadamente em bandos. Ocorreu o mesmo em relação aos ataques desbordantes tentados e o de penetração.

Se tivessem permanecido na posição inicialmente ocupada e ali esperado toda a tropa de Fidié, talvez tivessem melhor resultado num corpo a corpo com o adversário, com armas de carregar pela boca e os canhões em coluna, com dificuldade de atingir em tiros diretos os patriotas, que poderiam ter imposto mais baixas a Fidié e talvez até o vencido.

O equívoco ao atacar a vanguarda de Fidié em massa, julgando tratar-se de toda a tropa, comprometeu seriamente a operação, mas, apesar de tudo, impediu, por sua agressividade, a marcha de Fidié para Oeiras, objetivo estratégico dos patriotas.

Princípio das informações: foi a maior falha dos patriotas, que resultou em sua derrota tática em Jenipapo, embora tenha sido uma vitória estratégica que deteve a marcha de Fidié para Oeiras.

O major Fidié e os princípios de guerra

Objetivos: vencer taticamente os patriotas que lhe oferecessem resistência e atingir seu objetivo estratégico: reconquistar Oeiras e dali tentar reverter o processo de Independência do Piauí com auxílio da junta de governo pró-Portugal do Maranhão. Ainda em Oeiras, objetivava dominar a produção pecuária do Piauí de interesse vital para as províncias vizinhas.

Massa: sua manobra foi ofensiva visando a abrir seu caminho para Oeiras, ao realizar um envolvimento da posição patriota inicial e ocupá-la. Ocupada, passou à defensiva, impedindo que ataques patriotas desbordassem e penetrassem na sua posição, o que provocou apreciável desgaste de sua tropa, em face de notável agressividade dos ataques dos patriotas, atestado pelas 80 mortes em sua tropa, que alguns historiadores calculam em cerca de 200. Massa que foi expressiva com o uso de seus onze canhões contra os ataques patriotas.

Ofensiva: Fidié foi ofensivo em sua manobra de envolvimento da posição abandonada pelos patriotas, em contra-ataque para impedir a penetração e desbordamento de sua posição.

Economia de forças: Fidié dividiu suas forças. Deslocou uma parte da cavalaria, a infantaria, a artilharia e o trem (bagagem à retaguarda) pela estrada da esquerda, enquanto, cobrindo esse flanco, movia-se pela estrada da direita outra força de cavalaria, fazendo o papel de vanguarda, que foi atacada por toda a força patriota e manobrou em retirada, permitindo a manobra envolvente de Fidié.

Manobra: Fidié colocou, à sua esquerda, como proteção de flanco e vanguarda, uma tropa de cavalaria que atraiu sobre si toda a força patriota que acreditava estar enfrentando a totalidade das tropas do comandante português, enquanto este aproveitou para fazer um envolvimento da primitiva posição patriota, nela tomar posição e posicionar seus onze canhões sem interferência.

Surpresa: Fidié a conquistou no mais alto grau. Os patriotas que pretendiam surpreendê-lo no rio Jenipapo foram surpreendidos. Atacaram em massa a vanguarda de Fidié, julgando tratar-se de toda sua força que se retirava, mas, para a surpresa dos patriotas, ao retornarem do seu ataque, constatarem que a posição abandonada estava ocupada por Fidié, que se interpôs entre os patriotas e Campo Maior.

Segurança: o major Fidié, profissional experimentado na guerra na Península contra o general Junot, não descuidou da segurança. Avançou na direção de Jenipapo com uma força cobrindo o seu flanco à esquerda e com sua vanguarda. Marchava seguido de seus trens (bagagens), que, ao fazer a sua manobra envolvente, deixou para trás, sendo atingido e

saqueado pelos patriotas em retirada com grandes prejuízos, pois ela ficou atrás da posição patriota.

Simplicidade: a manobra de Fidié foi simples. Um envolvimento pela direita da primitiva posição patriota abandonada para o enfrentamento da vanguarda de Fidié à base de cavalaria.

Unidade de comando: Fidié a manteve em toda a operação.

Informação: Fidié sempre procurou se informar ao máximo dos movimentos dos patriotas, mantendo à frente da sua força uma vanguarda de cavalaria para prevenir surpresas e ter tempo de desdobrar seus meios para um combate.

O livro *Vária fortuna d'um soldado português,* do brigadeiro Fidié

Em 1850, o brigadeiro Fidié publicou um livro intitulado *Vária Fortuna d'um soldado português, oferecido ao público pelo brigadeiro Fidié*. Lisboa: Tip. de Alexandrina Amélia de Sales. Rua dos Galegos nº 47, 1850. A obra foi reeditada em 1942 na administração do interventor federal do Piauí, Leônidas de Castro Mello, pela Biblioteca e Arquivo Público do Piauí, dirigida por Anísio de Brito Mello e comemorativo da Independência do Piauí em outubro de 1942.

Essa edição foi acrescida de judiciosa e valiosa interpretação do Dr. Henrique Brito Costa e foi por nós consultada no IHGB, em 11 de dezembro de 2007, à procura de subsídios sobre o desenvolvimento do combate de Jenipapo. Mas pouco encontramos neste sentido a não ser o reconhecimento de seus serviços no Piauí e outras referências nos documentos 3, 5, 10, 13, 14, 18, 20, 26, 28, 30 32 e 42 sobre a luta que enfrentou no Maranhão e Piauí, para Fidié justificar seus pedidos de justiça relacionados com o seu comando no Colégio Militar. Em Lisboa, fomos ajudados, nessa tarefa, pelo acadêmico e sargento-chefe Antonio Lucena do Carmo do Exército de Portugal, notável escritor militar representante da AHIMTB em Portugal.

Fidié era um valoroso oficial que, ao retornar a Portugal, esteve ligado ou dirigiu, por cerca de 20 anos, o Colégio Militar de Lisboa, encar-

regado de preparar oficiais para o Exército de Portugal, tal o reconhecimento em solo português de sua ação no Brasil, conforme se vê nesta opinião do Conselho de Ministros ao promovê-lo a tenente-coronel:

> Que quando Fidié foi governador da província do Piauí, prestou tão relevantes serviços, que não só a superiorização a seus iguais, mas lhe creditarão brio, valor e honra militar da Nação em tanta forma (de tal forma) que os próprios inimigos lhe tributaram públicos encômios (elogios) e procuraram atraí-lo para a causa brasileira.

Os documentos que ele publicou em sua *Vária fortuna* refletem o perfil psicológico de digno representante das mais antigas tradições do Exército de Portugal, que eles transmitiram ao Brasil, em cerca de 322 anos, os quais se refletiram positivamente no Exército Brasileiro, como esta interpretação do general Paulo Cidade do pensamento militar português: "Julgada a causa justa, pedir proteção divina e atuar ofensivamente, mesmo em inferioridade de meios".

Fidié refere que esteve preso em Caxias 8 meses e 15 dias, de onde foi enviado para Oeiras, onde ficou preso 4 meses. Dali foi escoltado para a Bahia, distante 200 léguas, onde ficou preso durante 25 dias no Forte do Mar. Dali foi levado para a Ilha Villegaignon (atual sede da Escola Naval) no Rio de Janeiro até ser solto e embarcado para Lisboa.

Esteve preso por 1 ano e 10 dias, afora o tempo de deslocamento de Caxias a Oeiras e desta para Salvador e, por fim, para o Rio de Janeiro.

Vária fortuna revela que as tropas de que Fidié dispôs eram milicianos, inclusive o regimento de cavalaria de milícias de Parnaíba, que lhe fora mandado para Oeiras, desconfiados de sua lealdade.

A certa altura, referiu haver sido elogiado por D. Pedro I por sua atuação militar no Piauí e Maranhão. Elogio que D. Pedro I lhe repetiu ao desembarcar na cidade do Porto, depois da Abdicação.

Em outra parte, assim se refere às seduções dos patriotas com honrarias e postos mais elevados, os quais sempre recusou, quase tenazmente, "servindo-me de brasileiros, cujo modo de pensar, só a minha presença fazia diferente de seus compatriotas independistas" (Doc. 13).

Com o enfrentamento dos patriotas, em Jenipapo, visava ao retorno e à retomada de Oeiras. Esse objetivo não foi alcançado, porque, taticamente, Jenipapo foi uma ação retardadora vitoriosa, como um movimento retrógrado, alternativa para as manobras de defensiva ou ofensiva. Mais retardamento, aliás, os patriotas teriam imposto a Fidié não fora eles haverem abandonado em massa a posição para perseguir a vanguarda de Fidié, que imaginaram tratar-se da totalidade de sua força. Isto se explica pela ineficiência militar dos patriotas ali reunidos com o povo em armas, numa emergência.

Oeiras era estratégica, e sua posse por Fidié ou pelos patriotas assegurava ao controlador daquele acidente capital enorme vantagem estratégica. Para Fidié controlar em tempo de seca o fornecimento de gado para o Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia. Na Bahia, afetando não só a sua população como as tropas do general Madeira de Mello. De posse de Oeiras, Fidié, por sua experiência e liderança militar, poderia tentar reverter todo o processo de Independência no Maranhão, Piauí e Ceará e ser reforçado por Madeira de Mello na Bahia.

Em outra parte, consta:

"No Brasil ainda se escreve o nome Fidié com respeito por ser homem honrado".

Sobre Jenipapo, *Vária fortuna* refere como "carnificina pavorosa" que resultou, entre os patriotas, 200 mortos e feridos e captura de bagagem de Fidié com munições e outros itens expressivos.

No Documento 20, existe esta referência:

> O verdadeiro soldado português, o benemérito governador Fidié, acaba de vencer a maior força que talvez de sediciosos do Piauí, poderão jamais se opor. E aqui homem exímio, colocado em circunstâncias das mais perigosas a arriscadas, ele fez à sua Nação um dos serviços mais relevantes que se há praticado neste Reino, embora lhe ocorreriam ulteriores desastres. O seu mérito sublime já está formado num desses padrões indestrutíveis, que recomenda os grandes homens a mais remota posteridade (Documento 20, p. 115).

Fidié não dispunha, no Brasil, de tropas europeias como as divisões de Portugal sediadas na Cisplatina, Rio de Janeiro e Brasília. A respeito desta, escreveu em sua *Vária fortuna*:

> A vista disto, é difícil acreditar-se que, abandonado de tudo no Brasil, de todo o humano auxílio, sem ter à minha disposição um corpo (unidade militar) de minha confiança e sem o gasto de um real de Portugal, pude mostrar como um soldado em campanha deve agir neste caso, e não obstante desapoiado, realizar alguns serviços como mostrarei...

Pedro Calmon, afirmou na *RIHGB*, v. 148, p. 321, sobre a Independência do Brasil, que "Jenipapo não foi uma derrota patriota". Com ele concordamos, tendo em vista os seguintes argumentos estratégicos e táticos:

– O ideal de Independência era forte no Brasil. E parece ter havido uma combinação entre lideranças de Parnaíba e Oeiras. Fidié, portanto, foi deliberadamente, atraído com o grosso de suas forças para Parnaíba, deixando Oeiras pouco guarnecida, criando assim as condições para os patriotas dominarem militarmente o município em sua ausência e tomarem várias medidas preventivas contra a intervenção do Maranhão, reduto pró-Portugal. Essa manobra estratégica de atrair Fidié para Parnaíba pode ser colocada na conta do líder da Parnaíba Simplício Dias da Silva, homem riquíssimo e viajado, inclusive hóspede da França, que financiaria os patriotas.

– Em Oeiras, o líder da operação, para a sua retomada, foi o brigadeiro Joaquim de Souza Martins, aproveitando a saída de Fidié, atraído para Parnaíba e cujo retorno para Oeiras foi impedido pelos patriotas em Jenipapo aonde ele chegou logo a seguir com suas forças.

Portanto, o mestre Pedro Calmon tem razão em afirmar que Jenipapo não foi uma derrota. Exemplo semelhante encontramos na manobra retardadora dos federalistas na Lapa, em 1894, no Paraná, liderada pelo Cel. Gomes Carneiro, que deteve, por cerca de 40 dias, os federalistas na Lapa que só a ultrapassaram com a morte do líder Gomes Carneiro. Isto deu tempo ao marechal Floriano para organizar a defensiva instransponível em Itararé, na fronteira entre Paraná e São Paulo e fazer chegar

ao Rio de Janeiro a esquadra legal, que foi comprada na emergência no exterior e que dominou a Revolta da Armada na Baia da Guanabara.

A bem sucedida ação retardadora patriota em Jenipapo, em que pese o grande erro tático de confundir a vanguarda de Fidié com todo o seu efetivo, mas que tornou possível a captura de expressivos itens de suas bagagens deixadas à retaguarda, foi decisiva para impedir a retomada de Oeiras por Fidié, obrigando-o a ir para Caxias, onde ocupou o Monte das Tabocas, atual Monte Alecrim, homenagem a um dos mais expressivos heróis de Jenipapo onde Fidié resistiu com os seus 700 homens ao cerco de 3.000 patriotas ao comando de José Pereira Filgueiras.

> Resisti até o último apuro, tirando do campo inimigo, à ponta de baioneta, os víveres (alimentos) preciosos para sustentar a minha tropa, cheia de fadigas e reduzida às circunstâncias mais penosas, até que, certo de que não poderia ser socorrido e não podendo fazer mais nada, capitulei.

No Monte Tabocas, os patriotas capturaram 20 peças de artilharia e 5 bandeiras, segundo o Barão do Rio Branco em *Efemérides brasileiras*. Ainda no ataque ao Monte Tabocas, onde Fidié se entrincheirara, Alecrim, herói de Jenipapo, perdeu mais de 400 homens, bem como o heroico cearense José Pereira Filgueiras, que não foi mais feliz do que Alecrim. É o que se conclui da leitura de *Vária Fortuna*, de Fidié.

Sobre estas numerosas baixas patriotas nos sangrentos combates contra Fidié em Jenipapo e em Caxias, afirmou Hermínio de Brito Conde:

> É falsa a assertiva de que a Independência do Brasil se operou sem lutas e dificuldades, quase que por um acordo entre a colônia e a metrópole, do que nos vem uma sensação de inferioridade, em relação à epopeia da Independência de outros povos da América.

Concordamos com a interpretação de Hermínio de Brito Conde ao concluir a análise da obra *Vária Fortuna*, de Fidié, em 1942. E a completamos:

– o Nordeste não aderiu à Independência do Brasil e sim a construiu.

– Fidié, hábil e competente militar português, constituiu um grave risco para a unidade nacional, especialmente antes da ação retardadora de Jenipapo, que contribuiu decisivamente para a consolidação da Independência no Piauí, Ceará e Maranhão. Adversário dos patriotas, Fidié "era possuidor de inflexível energia de caráter, formado guerreiro no campo de batalha na guerra da Península". E depois, governador no Piauí, foi em Portugal, por cerca de 20 anos, consagrado educador da sua juventude militar destinada à carreira das armas. Mas a sua astúcia, competência e grande experiência foram correspondidas pelo alto valor dos patriotas improvisados militares, o que muito valoriza a atuação dos mesmos que o enfrentaram, especialmente em Jenipapo, combate que se constituiu no fiel da balança, da luta pela Independência do Nordeste, razão por que deve ser valorizado nacionalmente e não só constar fora do Piauí com referências muitos injustas que sonegam a grandiosidade da luta dos patriotas e seus notáveis reflexos na preservação da unidade do Brasil. História é verdade e justiça!

Tenente general João José da Cunha Fidié 1790-1858

Fidié foi, como major, o comandante das Armas da província do Piauí – Brasil, de 8 de agosto de 1822 até 1º de agosto de 1823, por cerca de um ano, até ser forçado a render-se em encarniçados e duros combates em Jenipapo, no Piauí, e em Caxias, no Maranhão.

Nasceu em Lisboa, em 1790, cidade que possui uma rua com o seu nome. Não se dispõe de dados sobre quem foram seus pais, esposa e filhos.

Foi praça voluntário como cadete, aos 18 anos, no regimento de infantaria nº 10 do Exército de Portugal. Foi promovido a alferes, quase um ano depois, em 29 de dezembro de 1809, quando Portugal se preparava para lutar contra a 3ª invasão de Napoleão. Tem início então sua carreira de destacado guerreiro.

Experiência guerreira: defendido Portugal, a guerra prosseguiu na Espanha, e o alferes Fidié, integrando o Exército anglo-luso, combateu sucessivamente em Buçaco (27 de setembro de 1810), seu batismo de fogo; em Albuera (16 de maio de 1811); nos cercos de Olivença (9 a 15 de abril de 1811) e de Badajoz (junho de 1811); na tomada de Arroyomolinos (28 de outubro de 1811); nas batalhas de Vitória (21 de junho de 1813), Pirineus (31 de julho de 1813), Nivelle (10 de novembro de

1813), Nive (9 a 13 de dezembro de 1813), Orthiz (27 de fevereiro de 1814) e Toulouse (10 de abril de 1814).

Finda a campanha que durou cerca de 52 meses, iniciada com o seu batismo de fogo na batalha de Buçaco (27 de setembro de 1810), ele retornou a Portugal no início de setembro de 1814, depois de uma penosa marcha com sua unidade, que durou cerca de três meses.

Foi promovido a tenente em 15 de dezembro de 1814, depois de cerca de 2 meses e meio de seu retorno a Lisboa. Capitão, em 1818, veio para o Brasil por sua vontade, integrando o batalhão de infantaria 15, que integrava divisão expedicionária ao Rio de Janeiro, capital do Reino Unido, a Portugal e Algarves. A missão de sua divisão era combater, em Pernambuco, a Revolução Pernambucana, em 1817, nativista e republicana. Mas, ao desembarcar no Brasil, esta Revolução havia sido sufocada. O movimento despertara, inclusive, o interesse de bonapartistas que pretendiam libertar Napoleão, que se encontrava confinado na ilha de Santa Helena. Fidié retornou a Portugal e foi promovido a major, sendo destacado para a ilha da Madeira, como ajudante de ordens de Sebastião Xavier Botelho, de 1819 a 1820.

No final de 1821, Fidié retornou ao Brasil como governador das Armas do Piauí, coincidindo com a publicação de decreto de D. João VI, exigindo o retorno do príncipe D. Pedro para Portugal, que recusou no célebre episódio conhecido como o *Dia do Fico*.

Em 7 de setembro de 1822, D. Pedro I proclamou a Independência do Brasil. Mas parte do Piauí ainda se mantém fiel a Portugal, enquanto outra parcela da população reage à dominação portuguesa e reconhece D. Pedro como imperador do Brasil. Em defesa dos interesses portugueses, Fidié é obrigado a enfrentá-los em Jenipapo e Caxias.

Em Caxias, terminou cercado e obrigado à rendição quando só lhe restavam 90 homens de sua força, que chegou a cerca de 1.000 milicianos de infantaria, cavalaria e artilharia. Feito prisioneiro, foi enviado preso para Oeiras, seu objetivo estratégico, não conquistado graças à interferência dos patriotas em Jenipapo. A seguir, foi enviado para Salvador, onde foi preso no Forte do Mar, e depois para o Rio de Janeiro, na Fortaleza de Villegaignom, atual Escola Naval.

Foi visitado na prisão pelo imperador D. Pedro I, que elogiou seu desempenho militar. Em Portugal, Fidié foi recebido como herói, tendo exercido várias funções no Colégio Militar de Portugal. Em Lisboa, foi nomeado o 1º comandante interino do Real Colégio Militar de Lisboa e efetivado depois de 25 de janeiro de 1827, ao ser promovido tenente-coronel. Dirigiu o Colégio Militar diversas vezes interinamente. Manteve-se como 1º comandante até 25 de agosto de 1829 e, a seguir, como subdiretor do citado Real Colégio, até ser substituído por oficial miguelista. Foi destacado para regimento de infantaria 15 e, depois, para o 5, de onde foi retirado pelos absolutistas partidários de D. Miguel, irmão de D. Pedro I.

A partir daí, para se proteger, refugiou-se clandestinamente, só reaparecendo em 3 de março de 1833, no Porto, onde se apresentou para servir no exército libertador de D. Pedro I, que fora obrigado a renunciar ao trono do Brasil.

Fidié foi reconduzido às funções de 1º comandante do Real Colégio Militar, tendo exercido antes as funções de subdiretor do arsenal das forças liberais.

Foi promovido a coronel, de 24 de julho de 1834, e mantido no cargo de diretor do Colégio Militar, função que exerce até 5 de setembro de 1848, incluindo um período como brigadeiro. Comandou ou dirigiu o Real Colégio Militar como coronel comandante ou diretor por mais de 14 anos, tendo, por longo período, a responsabilidade de formar a oficialidade do exército de Portugal até a criação da Escola Politécnica e a Escola do Exército, que absorveram essa função do Real Colégio Militar. Durante a administração do Real Colégio Militar por Fidié, "as matrículas mais que duplicaram, e duplicou o número de alunos que concluíram o curso. Sua zelosa gestão dos recursos conseguiu reduzir o custo diário de cada aluno em 20%".

Em 31 de maio de 1851, foi promovido a marechal de campo e nomeado governador da praça de Elvas.

Foi reformado como tenente general em 12 de abril de 1854.

Faleceu em 20 de junho de 1858, aos 68 anos.

Recebeu as condecorações: Cruz da Guerra Peninsular; Medalha da Batalha de Albuera e a da Batalha de Vitória; Comendador da Ordem de Aviz e Cavalheiro da Ordem de Cristo.

Em sua defesa e de sua memória, escreveu duas obras que registram os excepcionais serviços à sua pátria: *Vária fortuna d'um soldado português, oferecida ao público pelo brigadeiro Fidié* e *Breves esclarecimentos acerca do Colégio Militar oferecidos às cortes pelo diretor do mesmo colégio.*

Esta síntese valoriza a luta dos patriotas do Ceará, Piauí e Maranhão que o enfrentaram em Jenipapo, impedindo que retornasse a Oeiras e o vencendo em Caxias, no Maranhão.

Referências

BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BENTO, Cláudio Moreira. *O combate de Jenipapo*: descrição e análise militar e sua projeção estratégica na consolidação da Independência no Ceara Piauí e Maranhão.

BENTO, Cláudio Moreira. *Brasil – conflitos externos*: as forças terrestres brasileiras em conflitos externos. Compêndio de história militar terrestre do brasil. Disponível em: http://www.ahimtb.org.br/confliext1.htm. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da independência no Piauí*. Teresina: COMEPI.

CASTRO, Francisco. *A guerra do Jenipapo*: a independência do Piauí. São Paulo: FTD, 2002.

CARVALHO JÚNIOR, Dagoberto. *Passeio a Oeiras*. 3. ed. Recife: Gráfica Editora Apipucos, 1985.

CHAVES, Joaquim. *Piauí nas lutas da independência do Brasil*. Teresina: Plano Editorial do Piauí, 1975.

CHAVES, Joaquim. *Obras completas*. 2.ed. Teresina: FMC, 2005. p. 257/411.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Exército*: perfil militar de um povo. Rio de Janeiro: Comissão de História do Exército, 1972.

FIDIÉ, João José da Cunha. *Vária fortuna d'um soldado português*. Teresina: Biblioteca, Arquivo Público e Museu Histórico do Estado do Piauí, 1942.

JOSÉ NETO, Adrião. *Dicionário biográfico*: escritores piauienses de todos os tempos. Teresina: Halley, 1995.

NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. 2. ed. Piauí: Edição do Governo do Estado do Piauí, 1974. 274 p. p. 121-127 (ver também outros capítulos) – n-º catalogo. IHGB: 184, 5, 11.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. 2 ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. 4v. nº do catalogo. IHGB: 190, 2, 14-17.

OLIVEIRA. Tácito Theophilo Gaspar. Gen Ex. Guerra da Independência: batalha de Jenipapo, cerco de Caxias. *Revista Militar Brasileira*, p.11-30, jul./dez. 1975. (Trata-se de estudo militar pioneiro realizado por um veterano da FEB, integrando o seu estado-maior, e historiador militar que presidiu o Instituto do Ceará, empossado membro da Academia de história militar terrestre do Brasil etc.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO BRASILEIRO. *Documentos sobre a prisão de João José da Cunha Fidié Brasileiro*. 1873. t. 36, pt 1, p. 174-175.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO BRASILEIRO. *Documentos relativos à expedição ao Piauí e Maranhão para proclamação da independência nacional*. t. 48, v. 70, p. 237 (ver especificamente a p. 246).

REVISTA DOS INSTITUTO HISTÓRICO DO CEARÁ. *A Independência do Piauhy*. 1922, t. 2, p. 21-42.

SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. *A participação popular questionada no processo de independência no Piauí*: cadernos de Teresina.

SILVA, Antônio Vieira. *História da independência da província do Maranhão (1822-1828)*. São Luiz, 1862.

TITO FILHO, Arimatéia. *Monumento do Jenipapo*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1988.

Manuscritos no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

1) Proclamação aos piauienses pelo triunfo das armas da Independência na guerra de Fidié. Proclamação do cap. com. Luís Rodrigues Chaves de Lisboa. 1823 – 2 docs. Nº do catálogo IHGB: Lata 350, doc. 58;

2) Documento sobre a prisão de João da Cunha Fidié em Caxias (MA) 1824. Oeiras do Piauí, 21 de fevereiro de 1824. nº catálogo IHGB: Lata doc. 9

Ofícios

Doze ofícios da junta de governo provisório da província do Piauí ao governo imperial: participando a proclamação da Independência e a eleição de uma junta governativa provisória; a luta pela independência diante da resistência do major Fidié, que tem, a seu lado, as forças do Maranhão; o pedido de bloqueio ao porto da cidade do Maranhão para que cesse tal auxílio; união das forças do Piauí e Ceará, criando-se nova junta com as duas províncias; a vitória dessas forças sobre os revoltosos do Monte das Tabacas na vila de Caxias.

Jenipapo na internet

www.florianonet.com.br/paginasdahistóriaparareflexão.pt.wikipedia.org/wiki/batalhadejenipapo

www.campomaior.pi.gov.

www.trosan.com/enciclopedia/34batalhadeJenipap

www.culturadopiauí.com.br/batalha jenipapo.htm

www.piauihp.com/jenipapohtm

Consultar o índice da Revista do IHGB e a Revista do Instituto Histórico do Maranhão.

Ver também trabalhos de Horácio de Almeida.